

Senador fica para crise não aumentar

126
A manutenção do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) na liderança do governo foi decidida em reunião de quase duas horas realizada ontem no gabinete do presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e comunicada, por telefone, ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois de uma longa discussão sobre o clima de suspeição envolvendo senadores, que aprofundou a crise política, partidários do PMDB, PSDB e PFL concluí-

ram que a saída, mesmo temporária de Arruda, serviria para abrir precedentes.

"Qualquer pessoa atingida por denúncias teria que deixar o cargo", disse um parlamentar que participou da reunião, preocupado com o "efeito dominó" da atitude de Arruda. O próprio Jader, que está sendo acusado de envolvimento em irregularidades na Sudam, seria alvo de pressões. Reservadamente muitos senadores já defendem o seu afastamento da

presidência do Senado enquanto as denúncias sejam investigadas.

Antes de chegar ao gabinete de Jader, Arruda havia acertado com o presidente Fernando Henrique, com quem se reuniu no Palácio da Alvorada, que se licenciaria do cargo até que as apurações fossem concluídas no âmbito do Conselho de Ética. Na avaliação de interlocutores do Palácio do Planalto essa solução seria a melhor, uma vez que a manutenção

de um líder sob suspeição poderia atingir negativamente o governo. Assim que houve um entendimento em favor da permanência de Arruda, a decisão foi comunicada, em telefonema, ao presidente Fernando Henrique que, por sua vez, acatou as ponderações de seus aliados.

"O processo não ficaria apenas na cassação de Arruda e do senador Antonio Carlos, acusados de mandar violar o painel eletrônico, mas se estenderia também ao

presidente do Senado", avaliou um líder partidário. Com a solução, os aliados do governo tentam evitar novas pressões sobre Jader e a outros políticos que eventualmente venham a ser acusados. Além de Jader Barbalho e José Roberto Arruda, participaram da reunião no gabinete da presidência do Senado, o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM), e o ministro dos Transportes, Eli-seu Resende.